

CEDAE:

ILEGAL, IMORAL E

PRIVATIZAÇÃO DA



INCONSTITUCIONAL

Garotinho e César Maia alertam os empresários: tentativa de Marcello de privatizar o Saneamento é inconstitucional, ilegal, imoral e esconde intenções inconfessáveis e serão revertidas em caso de vitória de qualquer um dos dois candidatos. (Páginas 4,5,6 e 7)

Associação dos Empregados de Nível
Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902
Telefones 263-6240/296-0025 - Ramal 102
Telefax: 253-7482
Internet: aseac@mandic.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Administrativo
César Eduardo Scherer
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
João Benedito Lorenzon Mello
Diretor Social
Antônio Carlos Álvares Grillo

CONSELHO DIRETOR

Representantes dos Administradores:
Pedro Paulo de Freitas
Advogados
Sueli Koling Turano
Analistas
César Lima da Graça
Aposentados
Edson Bittencourt Rosas
Elysis Américo M. da Fonseca
Leon Amram
Nacín Chau Cascum
Arquitetos
Dirceu Soares Marinho Filho
Biólogos
Evandro Rodrigues de Brito
Contadores
Sérgio Pereira
Demais Categorias
Eliana Glória de P. Peixoto
Economistas
Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros
Álvaro Henrique C. Verocai
Clóvis Francisco do Nascimento Filho
Flávio de Carvalho Filho
Márcio de Melo Rocha
Paulo César Quintanilha
Renato Guerra Marques

CONSELHO FISCAL

Emy Guimarães de Lemos
Arlindo Pereira
Jorge Rodrigues Leitão
Alberto José M. Gomes

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação
Tels: (021) 220-5031/224-5472

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério - MTB: 12.524/RJ

Diagramação

João Carlos Guedes

Revisão

Maria Amália Monteiro

Edição de Janeiro/fevereiro de 1998

Tiragem: 2.000 exemplares

Modelagem é uma "caixa preta"

Sem informações sobre proposta do governo, sociedade fica de "mãos amarradas" na Audiência Pública convocada para debater a privatização da CEDAE

A comunidade diretamente interessada no processo de privatização da CEDAE poderá ficar sem argumentos para debater a proposta do governo do Estado para o Saneamento Básico, durante a Audiência Pública convocada pela Comissão Estadual de Desestatização para às 10 horas do próximo dia 3 de fevereiro, no auditório da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para discutir com a sociedade os critérios de transferência da Empresa para o setor privado. É que o Consórcio Sanerio, contratado pelo governo do Estado para elaborar a modelagem da privatização da Companhia, não divulgou até agora o resultado de seu trabalho, que deveria nortear a discussão da proposta do governo, na Audiência.

A direção da ASEAC está questionando a validade do processo, pois entende que a população jamais poderia ter sido convocada para debater, em Audiência Pública, um problema sobre o qual apenas ouviu falar, "pois o governo do Estado é quem tem as informações de forma detalhada, sem divulgá-las à população, de maneira clara e transparente. Além disso, na modelagem também é necessário que se defina o preço pelo qual a Companhia será vendida ao setor privado, informação esta que também é essencial para fundamentar o debate com a sociedade que, em última análise, é a maior interessada nesse processo, mas apenas o governo sabe. Na opinião do presidente da ASEAC, Dario Mondego, a "caixa preta" se deve muito mais à incompetência do governo para concluir a modelagem da Empresa e, devido a isto, dificilmente conseguirá realizar a Audiência Pública na data marcada. E o governador provavelmente ainda vai dizer que não a fez em respeito aos trabalhadores.

Crítérios duvidosos

Um outro ponto que vem sendo questionado pelos técnicos da CEDAE, através da ASEAC, diz respeito aos critérios de remuneração contidos no edital de contratação da Sanerio encarregado da modelagem, considerados "nebulosos, confusos e indefinidos", não se sabe com que intenção. Segundo a Entidade, o documento prevê que o Consórcio vai receber o pagamento por seus serviços de três maneiras distintas: uma parte fixa, de R\$ 1,5 milhão, e outras duas parcelas, cujo percentual não foi previamente definido.

A segunda parte do pagamento é condicional e se refere à transferência do Sistema de Saneamento à iniciativa privada, dividida em duas etapas - uma variável, sem explicar valores, designada apenas como "remuneração de Sucesso", que significa a porcentagem da diferença entre o valor do pagamento anual, de outorga do Sistema e valor mínimo de pagamento anual da outorga do sistema; e a segunda parte, denominada "Remuneração Complementar de Sucesso", também indefinida, que é um valor vinculado à transferência da totalidade do Sistema licitado à iniciativa privada, e que também dá margem a uma série de questionamentos, no entender da direção da ASEAC.

Subsídio Cruzado

Mas o que os técnicos de Saneamento ligados à CEDAE vem considerando ainda mais grave no processo de privatização - e que não tem sido divulgado - é a falta de clareza com relação ao tratamento que será dado às comunidades carentes, espalhadas por todo o Estado. No seu entender, essa camada da população fatalmente deixará de ser atendida, em razão dos interesses meramente econômicos do setor privado, pois a maioria dessa parcela da população não têm condições de arcar com as contas d'água e esgotos e são beneficiadas pela atual política social de "Subsídio Cruzado".

Atualmente, a CEDAE consegue atender um contingente de pelo menos 2 milhões de pessoas carentes, porque se utiliza deste mecanismo, que permite, através de uma planilha progressiva de consumo, transferir recursos dos que pagam mais para atender aos menos favorecidos. Hoje, a população carente paga, por metro

cúbico de água, R\$ 0,417, o que significa R\$ 6,26 por cada 15 metros cúbicos. Além disso, a Companhia dá, de graça, cerca de 15 milhões de metros cúbicos/mês de água, para honrar a função social que originou a Empresa, uma vez que essa parcela da população paga, no máximo, 15 m³, independente de seu consumo.

- Se essa água fosse cobrada pela tarifa média da CEDAE, os valores chegariam a cerca de R\$ 14 milhões/mês, o que equivale a aproximadamente R\$ 200 milhões por ano - dizem os técnicos. Se for considerada a tarifa paga pelos consumidores entre 36 e 45 metros cúbicos/mês, cuja tarifa é de R\$ 1,36, "teríamos uma diferença de 69%, o que significa afirmar que a população carente paga uma conta 69% mais barata em relação à classe de média à alta, graças ao mecanismo do Subsídio Cruzado".

Caso a CEDAE venha a ser privatizada, a orientação do Banco Mundial (BIRD) é no sentido que este subsídio, que beneficia a população carente, seja transferido à nova concessionária particular, ou seja, que o Poder Concedente passe a arcar com este prejuízo, em benefício da Empresa que assumir os serviços. No caso do Rio de Janeiro, cujo governo vem reivindicando para si a titularidade dos serviços de Saneamento, o Estado é quem terá que assumir o custo desse atendimento, repassando à concessionária privada os recursos necessários ao atendimento da população carente, bem como a diferença dos subsídios cruzados, cujos valores chegam a ser "incalculáveis". Pressupõe-se, devido às argumentações do próprio governo de falta de recursos, que o futuro das comunidades menos favorecidas venha a ser sombrio, do ponto de vista dos serviços de Saneamento e, conseqüentemente, de sua saúde. A menos que a própria sociedade assuma o ônus dessa diferença percentual, para que não haja prejuízo para a concessionária privada.

Proposta já dói no bolso

Aliás, a conta do processo de privatização da CEDAE já está pesando no bolso dos consumidores, mesmo antes de o governo conseguir levar a cabo o seu projeto. Por sugestão da empresa consultora contratada para fazer a modelagem da Companhia, as tarifas d'água sofreram um aumento de 10% (consumo de até 15 metros cúbicos), e de 12% para as faixas acima disso (Diário Oficial de 05/11/97). O aumento nas contas d'água atinge cerca de 1,7 milhão de economias e, segundo o próprio governo, foi necessário, pois o último ocorreu há cerca de um ano e meio. Também pesou na decisão o fato de o reajuste ser necessário à privatização. Além do aumento das contas, para tornar a Empresa mais atrativa, o governo do Estado instituiu, no início de 1996, a cobrança do ICMS, que onerou, em 5,0%, mais da metade das contas cobradas pela CEDAE. Considerada inconstitucional por diversos tributaristas, a cobrança foi criada através de Resolução da secretaria de Fazenda, e não por lei estadual, conforme reza a Constituição. A secretaria de Fazenda argumenta que "água natural canalizada, depois de tratada, é uma mercadoria como outra qualquer".

"Hoje, a CEDAE dá, praticamente de graça, cerca de 15 milhão de metros cúbicos/mês de água à população carente, para honrar a função social que originou a Empresa."

Resistir é preciso...e premente

A ASEAC vem lutando, bravamente, na defesa da gestão pública do Saneamento Básico e, conseqüentemente, pela preservação da CEDAE

Reestruturada de forma moderna, com a vontade política do governo e com autogestão, a CEDAE romperá, com certeza, os entraves a ela impostos pelo próprio governo, que só impedem o seu desenvolvimento, a sua eficácia e a sua eficiência. Penaliza a sociedade que, não conhecendo a realidade ocultada, atira "pedras" na CEDAE, em vez de atirá-las no governador.

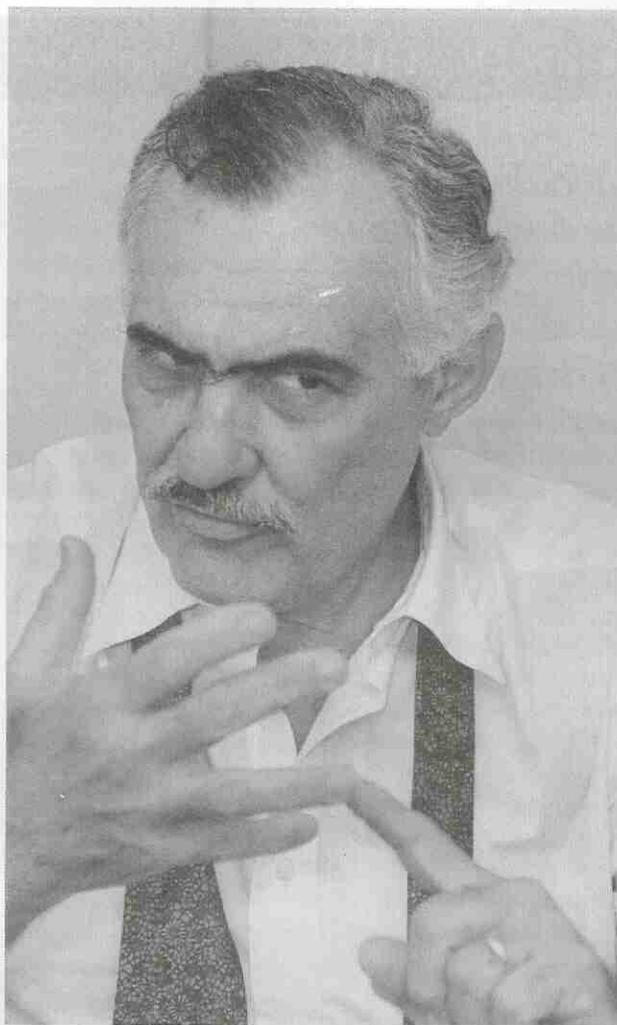
O governo do Estado é o dono de uma empresa que tem todas as condições de vida própria como pública. Ela não depende de recursos do Tesouro estadual, nem nunca dependeu. Mas, na CEDAE, só é feito o que ele quer e de forma equivocada, certamente para favorecer as suas intenções de desmonte do patrimônio público, que a sociedade não o autorizou, já que isto não constou de seu programa de governo, em época de campanha. Ainda assim, é uma empresa viável, econômica e financeiramente. Há fortes perspectivas de fechar o seu balanço patrimonial de 1997 com R\$ 50 milhões positivos.

Em 22 anos, a empresa vinha operando com um quadro de pessoal que variava em 11 mil empregados para todo o território fluminense, com uma demanda pelo abastecimento de água e de esgotamento sanitário crescente. Não é preciso demonstrar. É, simplesmente, constatar o crescimento populacional. Nesses três últimos anos, o quadro se reduziu em cerca de 1.500 empregados. Hoje, há em torno de 9.500. Não é autorizada a reposição, pelo menos. Na realidade, há necessidade de ampliação. Agrava-se a situação, porque o quadro está envelhecendo, com idade média já em 45 anos, e o governo incentiva a aposentadoria, até antecipa aos 35 anos de serviço, o que significa perder a bagagem técnica, sem repasse para jovens que poderiam estar sendo admitidos, já que se trata de "know-how" específico do saneamento, que não se encontra no mercado, com pouquíssimas escalas no Brasil para formação, só teórica.

Quer o governo "enxugar" para facilitar a venda, tornando-a mais atraente. Não importa a decadência da qualidade, pois fortifica a sua argumentação de venda. A sociedade que se "lasque"! É, assim, que fazem a Light Federal e a CERJ estadual, no campo da energia elétrica, recentemente privatizadas para melhorar!

No caso da CEDAE, a empresa atua, inclusive, nos aspectos sociais, em raízes existentes no Saneamento Básico, em face da ausência absoluta do governador que só se mostra quando necessita do eleitor. Essa empresa resiste ao mau trato do dono - governo do Estado - e da sociedade prejudicada, ingênua e enganada.

A gestão pública é a forma, até prova em contrário, de se atingir o equilíbrio social-econômico-financeiro



“O governo quer enxugar a CEDAE para facilitar a venda, tornando-a mais atraente. Não importa a decadência da qualidade. A sociedade que se lasque! Foi assim com a Light Federal e a CERJ estadual.”

por que clama o setor, ora equivocadamente tratado pelas autoridades federais e estaduais que negam, inclusive, recursos financeiros (empréstimos) intencionalmente, para agravar a qualidade dos serviços, com o objetivo de justificar a privatização.

Buscam, eles, na privatização, a panacéia para remediar a incompetência, sem precedentes, acenando com empréstimos de retorno irrisório de dinheiro do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do trabalhador. São empresários poderosos, multinacionais, que enxergam na cegueira dos incautos o monopólio de uma necessidade humana cativa, por ser biológica, que podem torná-la rentável, que dispensa, é óbvio, qualquer esforço ou

despesas para vencer concorrentes. Incrementarão, certamente, a especulação do lucro junto às camadas de maior poder aquisitivo, "com antolhos" para ignorar a pobreza que, humanamente, tem as mesmas necessidades. Ficarão à mercê dos projetos políticos "leitoreiros" do governo.

A empresa privada, por definição acadêmica, também visa em seus fins o bem estar social. Entretanto, na prática, esse fim é exaurido. Fica só nos livros. O lucro é premente. É emergencial. O contrário a levará, no mínimo à insolvência. Por isso, a sua prática fica no ECONÔMICO-FINANCEIRO. Logo, a empresa privada é o óleo na água. Não se mistura. Não é solução compatível. A água e os esgotos não são produtos de negócio. Não são mercadoria.

É necessário luz intensa. É preciso colocar "olhômetros" sobre os atos e fatos que ora praticam para detonar a CEDAE. Vão tentar subavaliá-la como fizeram com o METRÔ. Depois, igualmente, irão festejar o "surpreendente" ágio alcançado, como se o empresário fosse um beócio, pagando acima do valor do pregão. Se fosse bem analisado o caso METRÔ é provável que o seu valor real seja ainda superior ao valor pago, tão festejado.

Querem entregá-la à iniciativa privada. Para isso, ignoram a Constituição Federal. Para concretizar a intenção, o governo, em conluio com a ALERJ (47 deputados), sancionou Lei compilada de um Projeto-de-Lei Federal que ainda está em discussão nas comissões do Congresso Nacional, não tendo ido a Plenário, em face de fortes indícios de inconstitucionalidade.

A lei estadual sancionada e promulgada define novo desenho cartográfico da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Tirou poderes das Prefeituras dos Municípios nela incluídas, que sempre lhes pertenceram e foram consagradas na Constituição Federal de 1988, em seu Artº 30, inciso V.

Pretende o governo, na audiência pública, convencer para vender a CEDAE. Assim foi publicado para a Audiência. Provavelmente, de acordo com a sua Lei, venderá a CEDAE da Região Metropolitana, porque é nessa região que se encontra a fatia maior de arrecadação da CEDAE. É um faturamento de cerca de 70% de R\$ 1,2 bilhão anual. É a festa dos empresários e a "burra cheia" do governo para gastar nas eleições.

O restante do território fluminense ficará a cargo de uma CEDAE que sobra, que sobreviverá deficitária, com subsídios do governo, que buscará recursos para isso, nos impostos, penalizando a todos, inclusive àqueles Municípios que têm a gestão autônoma do Saneamento Básico, como Petrópolis, Volta Redonda e outros.

Dario Mondego
Presidente

“Governador privatizou todo o

Candidatos que lideram as pesquisas para as próximas eleições prometem

O ex-prefeito César Maia recebeu uma carta do Sr. Antônio Vital, do Grajaú, de 70 anos, onde o eleitor afirma que “o governo Marcello Alencar privatizou tudo. Só estatizou os filhos”. O candidato do PFL gostou tanto da frase que ligou para o Sr. Antônio e lhe pediu autorização para usá-la na sua campanha. Coincidência ou não, a frase também chegou ao candidato do PDT, Anthony Garotinho. E o resultado é que os dois candidatos a utilizaram na entrevista que deram ao Jornal da ASEAC, criticando duramente o Programa de privatização do governo Marcello Alencar. Aliás, além de concordarem com o Sr. Antônio, César e Garotinho têm também a mesma opinião sobre a privatização da CEDAE: consideram-na ilegal e prometem revertê-la se Marcello Alencar insistir em privatizá-la, num alerta direto aos empresários, brasileiros e estrangeiros, que possam vir a se candidatar a comprar a Companhia. E pelas declarações do governador durante a inauguração da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE - de Paquetá, no último dia 20 de janeiro, ambos podem começar a preparar sua munição, pois Marcello Alencar, embora insista em afirmar que a CEDAE não será privatizada, admite que fará concessões ao setor privado, inclusive o Guandu e Imunana/Laranjal - os dois maiores sistemas da CEDAE. As declarações, no entanto, se chocam com o comunicado da Comissão Estadual de Desestatização, que convocou Audiência Pública para o dia 3 de fevereiro, “para tratar de assunto ligado à privatização da CEDAE”.

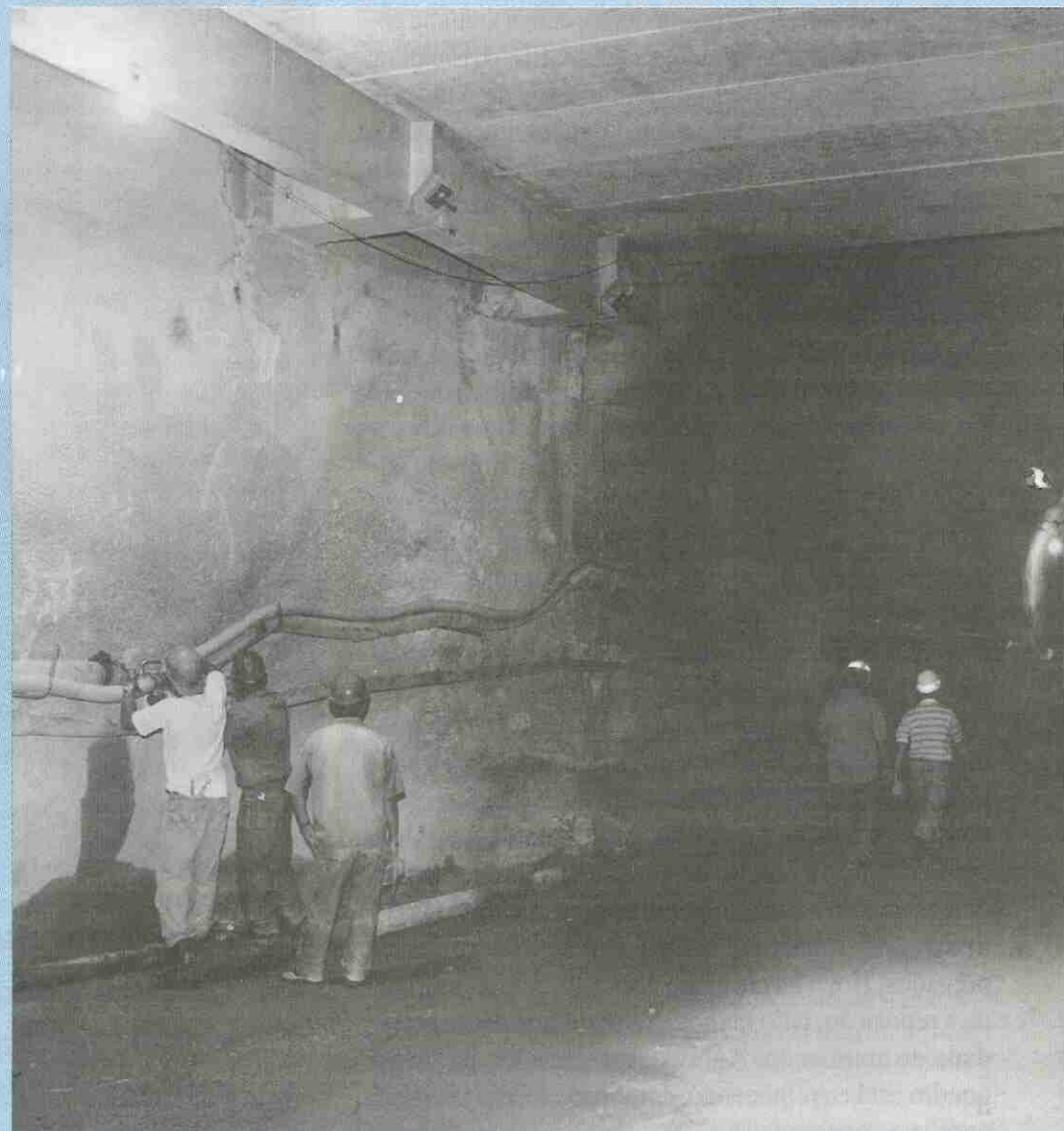
“O escândalo da privatização do Metrô é o pior de todos, com um ágio de quase 1000%, sem precedentes na história”



Anthony Garotinho, prefeito de Campos

Saneamento Básico, Saúde e Educação são setores que não podem ser entregues à iniciativa privada, pois são estratégicos para garantir a qualidade de vida da população. Por isso, o governo tem o dever de controlar essas atividades. A opinião é do prefeito de Campos, Anthony Garotinho, candidato do PDT ao governo do Estado, ao considerar a tentativa de privatização da CEDAE como uma ação surrealista do governo Marcello Alencar, que está querendo vender o que não lhe pertence. Segundo Garotinho, além de ilegal, a privatização da CEDAE é imoral, fere a autonomia dos municípios, e as constituições federal e municipal.

Ao afirmar que nós não temos um governador, mas, sim, um leiloeiro que, se tivesse a mesma capacidade de construir que tem para destruir, o Rio de Janeiro seria outro, Garotinho disse, ainda, que está acompanhando de perto, com dados precisos e detalhados, todo o processo de privatização das empresas públicas do Estado do Rio e alertou que, se eleito governador, vai estudar caso a caso: “Não se surpreendam, se em al-



O governo do Estado já anunciou que pretende fazer com o Saneamento o mesmo que fez com a entrega”

guns casos a privatização dessas empresas for anulada, pois este governo está ignorando os mínimos requisitos legais, em todo este processo”. Aliás, segundo ele, nenhum governador do Brasil, nem mesmo os que são originários do PSDB, tiveram a audácia de fazer o que Marcello Alencar vem fazendo.

Privatizações irresponsáveis

Garotinho afirmou que o Programa de Privatização do governo Marcello Alencar é irresponsável, não tem critério e não visa o saneamento financeiro do Estado, como ele afirma: “Ao contrário, aprofunda o endividamento e a falência do Rio de Janeiro. A desordem do programa é tal que para vender o Banerj por R\$ 300 milhões o governador pegou um empréstimo de R\$ 3 bilhões para cobrir o passivo do banco, ou seja nos endividou ainda mais”. Sobre a privatização da CERJ, o candidato do PDT explicou que o escândalo foi maior, pois na hora de avaliar a Companhia, a Consultoria, contratada pelo Estado, considerou as dívidas das prefeituras para com ela, como “perdas” e as utilizou como fator de depreci-

ação do preço da empresa, mas o consórcio privado - assim que assumiu - encurralou as prefeituras, cortando a energia de prédios públicos, e recebeu todas essas dívidas: “Hoje se o Estado quisesse recomprar a CERJ, não a venderiam por três vezes o preço de compra, tanto que faturaram com a cobrança dessas dívidas. Quer dizer, a preocupação dos novos donos da Companhia foi apenas aumentar o seu faturamento. E, olhe que não estamos tocando na questão da escandalosa queda da qualidade dos serviços da CERJ, depois de privatizada”.

Para o candidato, no entanto, o escândalo que representa a privatização do Metrô é o pior de todos: “O Estado avaliou a empresa por R\$ 29 milhões e quem ganhou pagou quase R\$ 290 milhões, ou seja a Companhia do Metrô foi vendida com um ágio de quase 1.000%. Não conheço na história da humanidade um leilão, que tenha tido um ágio desse valor. Ou a Empresa, contratada pelo Estado para fazer a avaliação é muito incompetente ou os empresários que compraram o Metrô são malucos”, brincou Garotinho.

Estado e estatizou seus filhos”

reverter as privatizações ilegais feitas pelo Estado, assim que assumirem

A CEDAE que o Garotinho quer

Se eleito governador, Anthony Garotinho garante que, por ser estratégica para o Estado, a CEDAE vai se manter como empresa pública, funcionando através do regime de autogestão e fora do sistema de “caixa único”. Ele defende a remodelação da Empresa, que deverá ser fortalecida, com a criação de uma empresa “holding”, ligada e várias pequenas empresas regionais, que funcionarão através de consórcios municipais, considerando-se as bacias hidrográficas. Pela sua proposta, os recursos gerados pela CEDAE deverão ser reaplicados na própria empresa, para garantir a sua remodelação. Anthony Garotinho explicou que a CEDAE não pode ser analisada pelos problemas que tem, pois a Empresa foi vítima de sucessivas irresponsabilidades cometidas por governos, que a utilizaram para fazer “politicagem” barata, o que quase comprometeu a sua saúde financeira. De qualquer forma, explicou, a CEDAE fatura R\$ 1,5 bilhão/anual - o que é fantástico: “Uma empresa desta, bem administrada, pode dobrar a sua arrecadação, diminuir os seus custos e cumprir o papel social que cabe ao Estado: Com certeza, nas mãos da iniciativa privada, a CEDAE não cumprirá nenhum papel social”, finalizou.



Garotinho: “primeiro a gente faz, depois a gente

Marcello X Covas

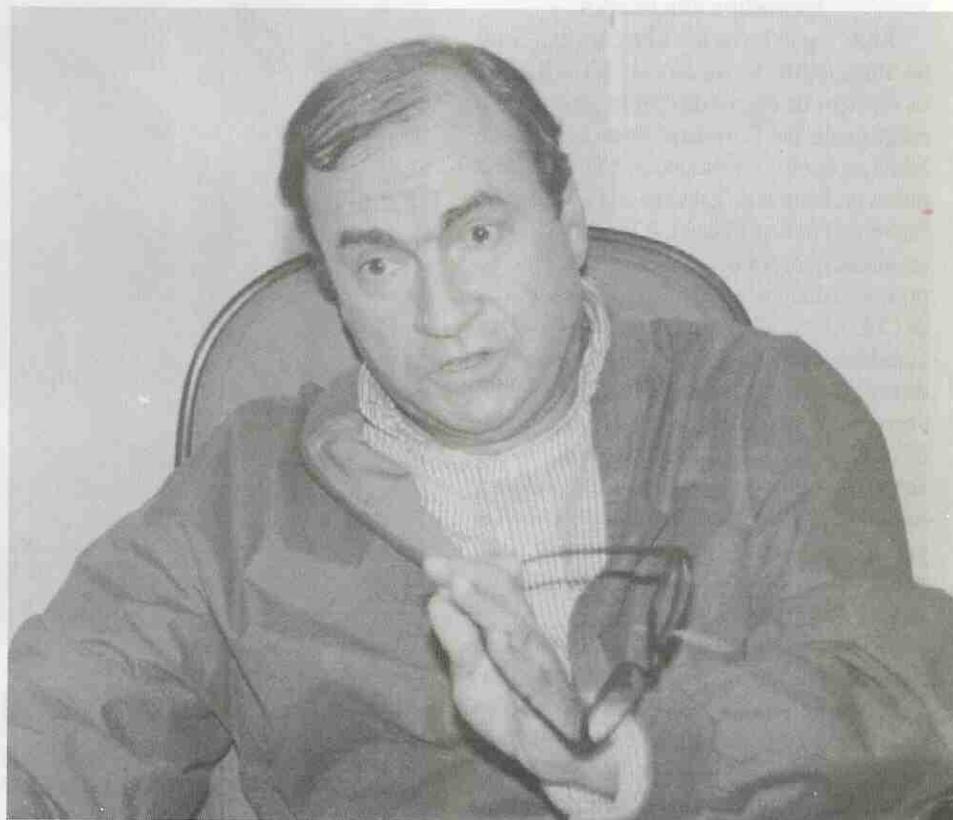
Garotinho fez uma comparação entre as atitudes do governo de São Paulo com as do Rio de Janeiro: “Em São Paulo, Mário Covas, também do PSDB, saneou a SABESP e está tendo o maior cuidado no caso da venda do Banespa. No Rio de Janeiro, ao contrário, Marcello Alencar com interesses inconfessáveis faz o maior programa de liquidação do Estado, que já se fez no Brasil”. Aliás, para o prefeito de Campos, ao vender as empresas públicas dessa forma, Marcello Alencar vem passando para a sua própria gestão um atestado de incompetência: “Ele vai conseguir passar para a história, não só como o pior governador que o Rio de Janeiro já teve, mas como aquele que entregou o patrimônio público sem nenhum critério para o setor privado”.

Ao explicar que nesta campanha eleitoral vai levantar a questão de que a população do Estado é a verdadeira dona das empresas públicas, Garotinho disse, que, se eleito vai mobilizar a sociedade “para reconstruir o Rio de Janeiro, depois da gestão do Sr.

Nero Alencar, que desiludido tocou fogo no estado, como se estivesse em Roma. Ele se comporta como um Imperador e se esquece que foi eleito para construir e não para destruir. Não ouve ninguém, passa por cima das leis e sai vendendo o patrimônio público, como se fosse dele. Ele privatizou o estado. Só estatizou os filhos”.

Com relação a Campos, Anthony Garotinho afirmou que enquanto ele estiver a frente da Prefeitura, o Consórcio Águas da Paraíba não assume os serviços de Saneamento do Município: “O contrato assinado pelo meu antecessor, Sr. Sérgio Mendes, às vésperas de deixar a prefeitura, é escandaloso e prevê, entre outras barbaridades, que a empresa Águas do Paraíba é isenta de pagar qualquer imposto ao Município e mais, quando houver um aumento de inflação e a prefeitura não autorizar o repasse para a tarifa, o ônus é da prefeitura. E, por último, o mais incrível de tudo é que as contas d’água da população de baixa renda serão pagas pela prefeitura. O prefeito que assinou um contrato desses deveria ser preso”, finalizou.

“É bom lembrar que a privatização não exclui a encampação, e quando o povo diz que eu sou maluco é porque vou até as últimas conseqüências para realizar aquilo em que acredito”.



César Maia, ex-prefeito do Rio, também defende a CEDAE nas mãos do Estado

Ferrenho crítico da administração Marcello Alencar, o ex-prefeito César Maia, candidato pelo PFL ao governo do Estado, afirmou que as privatizações que estão sendo feitas no Estado do Rio representam apenas a destruição do patrimônio público e do servidor público. Segundo César Maia, a administração Marcello Alencar é um desastre e os únicos projetos que caminham neste governo são financiados por organismos internacionais (BIRD/BID) ou pelo governo federal (BNDES e CEF).

Com relação a CEDAE, César Maia afirmou que a proposta de privatização da Empresa é ilegal: “Aliás, todos os empresários me conhecem e não vão participar dessa licitação, sabendo dessas ilegalidades. Em minha opinião, se esta licitação vier a se concretizar, o contrato a ser firmado com a empresa ganhadora é nulo de pleno direito e o Poder Público vai reverter a privatização. É bom lembrar que a privatização não exclui a encampação e quando o povo diz que eu sou maluco é porque vou

até as últimas conseqüências para realizar aquilo em que acredito”.

Segundo César Maia, não existe integridade ao Estado do Rio de Janeiro, se ele não contar com um instrumento na área de Saneamento Básico, e complementou: “Isto não significa que o estado é o governo, ele é o seu povo, os municípios e, até mesmo, o governo”. E, por falar em municípios, César Maia anunciou que os prefeitos Luís Paulo Conde, do Rio de Janeiro, e Antônio de Carvalho, de São João de Meriti, ambos do PFL, além de Jorge Roberto Silveira, de Niterói, do PDT, estão entrando na justiça contra o projeto de lei estadual 26/97 - que retira dos municípios a titularidade dos serviços de vários serviços públicos, entre os quais o de Saneamento Básico. Aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, em dezembro passado, dias antes do início do recesso parlamentar, a lei é flagrantemente inconstitucional e tem por objetivo permitir a privatização da

Continua na página 6 ►

Privatização

“No governo Marcelo Alencar para comprar uma estatal, não é preciso ser capitalista, mas sim amigo do Rei. Assim até mamãe quer.”

privatização da CEDAE, considerando-se que o Projeto de Lei federal 266/96, do Senador José Serra, do PSDB/SP - que a nível federal equivale a lei aprovada no Rio de Janeiro - não conseguiu ser levado à votação no Congresso, devido a pressão de prefeitos de todo o País, que não aceitam perder a titularidade dos serviços de Saneamento.

Inconstitucionalidades

Aliás, segundo entende a Procuradora Geral do Município do Rio de Janeiro, Sônia Rabelo, os serviços de água e de esgoto pertencem à esfera municipal. Em nota ao jornal da ASEAC, Sônia explicou que o mesmo entendimento têm outras prefeituras do Estado e do País, além do Supremo Tribunal Federal. A Procuradora disse, ainda, que, por ocasião do lançamento do primeiro edital para a terceirização de serviços da CEDAE na cidade do Rio de Janeiro, a Procuradoria do Município notificou a Empresa de sua posição contrária àquela atitude: “Houve a publicação, inclusive, em jornais de grande circulação, de que o município do Rio de Janeiro (e outros) pretendem, efetivamente, tomar, se preciso, medidas judiciais cabíveis para a defesa de sua competência constitucional de titular dos serviços de água e esgotos no âmbito de seu território”.

Com relação ao projeto 266 do Senador José Serra, César Maia explicou que este não entrou, agora em janeiro, na pauta de votações do Congresso Nacional, que se reuniu extraordinariamente, devido a um pedido pessoal seu e do prefeito Conde ao presidente do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães. Segundo César Maia, o próprio Antônio Carlos Magalhães teria conseguido adiar a votação, após conversar com o presidente FHC. Ao considerar a lei estadual absurda e inconstitucional, e, portanto, nula, César Mais afirmou que o



A CEDAE que César Maia quer

Para o candidato do PFL, a melhor forma de administrar a CEDAE é através de uma gestão participativa, onde os prefeitos participariam da administração da Empresa, através de Conselhos Regionais. A idéia, segundo César Maia, é transformar os ativos da CEDAE, que estão localizados em cada município em ações, ou seja, as prefeituras seriam acionistas da Empresa e as suas reivindicações seriam levadas à direção da Empresa, através dos Conselhos Regionais. César explicou que este Conselho poderia, até mesmo, definir sobre concessões a empresas privadas, em locais onde o Poder Público não estivesse atuando. César Maia fez questão de defender uma CEDAE autônoma, com autogestão, forte, e que possa participar de licitações em outros estados e, inclusive, em outros países.

Poder Judiciário é autônomo e soberano no Rio de Janeiro e não vai se submeter às pressões do governador, conforme afirmam alguns.

Empresas X bananas

Retornando à discussão do Programa de Privatização do Governo Estadual, o economista do PFL disse que esse está cheio de incoerências, sendo que a principal delas é que o governo Marcelo Alencar está capitalizando ou facilitando a capitalização das empresas públicas para depois entregá-las à iniciativa privada: “Ora, tem alguma coisa errada, se o governo quer fazer uma concessão à iniciativa privada é porque está descapitalizado e a empresa privada, ao contrário, está capitalizada. Pelo menos, este é o raciocínio correto. Aqui no Rio de Janeiro, primeiro o governo capitaliza a empresa privada para depois ela fazer o investimento na empresa pública. Foi assim na Via Lagos. Na CERJ e na Light, eles se utilizaram das demissões, do desemprego para se capitalizar. Quer dizer, no governo Marcelo Alencar, para comprar uma empresa pública, você não precisa ser capitalista, precisa ser amigo do rei. Assim, até mamãe quer comprar uma empresa dessa”.

Ao concluir que o governo do Rio de Janeiro está vendendo as empresas públicas como se fossem bananas, César Maia disse que serviços essenciais só podem ser concedidos à iniciativa privada se as agências de fiscalização estiverem definidas no Edital de Licitação, o que não ocorreu em nenhuma das privatizações deste governo.

Ao ser indagado sobre qual vai ser o seu comportamento com as empresas privatizadas - CERJ e CEG - se vier a ganhar a eleição, César Maia afirmou que existem contratos assinados que só podem ser rompidos se não forem legais. Com relação à queda da qualidade dos serviços da CERJ, por exemplo, depois de privatizada, a proposta dele é que se criem constrangimentos legais para a Empresa, exigindo que esta respeite o interesse público e social, na medida em que os seus atuais administradores não estão respeitando a população.

Com relação a ameaça do governo Marcelo Alencar de privatizar os sistemas Guandu, que abastece a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Imunana-Laranjal, que abastece aos municípios de Niterói e São Gonçalo, o ex-prefeito do Rio considerou a hipótese absurda: “É uma questão de segurança e mesmo que o Estado tenha poder para fazê-lo é uma aberração”.

Inauguração da ETE de Paquetá: um Show Cômico, apesar de sério

O governador Marcelo Alencar garantiu, pelo menos, dois votos, durante a inauguração da Estação de Tratamento de Paquetá, no último dia 20 de janeiro, no verdadeiro comício eleitoral em que se transformou a cerimônia: o de seus sogros, Eurico Cândido, de 81 anos, e dona Célia, moradores da Ilha desde 1958. Estrategicamente marcada para um feriado (20 de janeiro) pelo governo, o que certamente lhe renderia ampla cobertura da imprensa, devido a falta de fatos jornalísticos de um dia normal, além da forte afluência de turistas, a solenidade contou com mais de 100 convidados, levados até Paquetá por conta dos escassos recursos públi-

cos reclamados pelo próprio governo.

Com direito a distribuição de folhetos muito bem impressos, moças distribuindo panfletos na estação de embarque das barcas, na Praça XV, faixas saudando o governador, o “showmício” de inauguração da ETE de Paquetá teve até a aviões puxando faixas com o slogan do governo “primeiro a gente faz, depois a gente fala”. O problema é que na hora de falar, o governador falou errado: trocou, por diversas vezes a Ilha de Paquetá pela do Governador, arrancando gargalhadas da platéia, inclusive de seus sogros, e até mesmo dos deputados, prefeitos, secretários, representante do BID, da Caixa Econômica e ou-

tros convidados que lotaram o palanque, ao se referir “a esta admirável Ilha do Governador”.

Com ar um tanto constrangido devido às risadas da platéia e do próprio palanque, Marcelo Alencar tentou se corrigir: “Sou filho de poeta e, num momento deste, nos aflora o veio artístico”, disse, chamando atenção para o fato de que, na outra Ilha, a população também sofre com muitos problemas.

Marcello Alencar chegou de Helicóptero à Ilha, com apenas 10 minutos de atraso. Antes da sessão de discursos, visitou as dependências da nova ETE e, em seguida, acionou o botão que liga a estação e descerrou a placa comemorativa,

alusiva à inauguração da ETE, que vai tratar 27 mil litros de esgotos/s. O novo sistema de esgotamento de Paquetá, construído dentro do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, pela CEDAE, conta com 3.233 metros de redes coletoras instaladas e substituídas, a ampliação e modernização das quatro elevatórias existentes - Imbuca, Tamoios, Pintor Castagneto e José Bonifácio - e um emissário submarino destinado a lançar os esgotos, tratados ou depurados em 95% de sua carga orgânica, a 2.500 metros da costa. Construído com recursos do BID e contrapartida do Estado, as obras totalizaram R\$ 3,2 milhões.

Audiência pública inicia privatização da CEDAE

Marcello Alencar já admite que até o Guandu vai entrar na lista das concessões

Ou o governador Marcello Alencar está sendo enganado pela Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização, presidida por seu próprio filho, Marco Aurélio Alencar, ou está tentando confundir, através da retórica, as suas reais intenções com relação à CEDAE: apesar da divulgação, no dia 19 de janeiro último, de um "Comunicado Relevante" da Comissão, convocando todos os interessados a participarem de Audiência Pública, no dia 3 de fevereiro, no auditório da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, "relativa ao processo de privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro", o governador do Estado voltou a garantir que a Empresa não será privatizada.

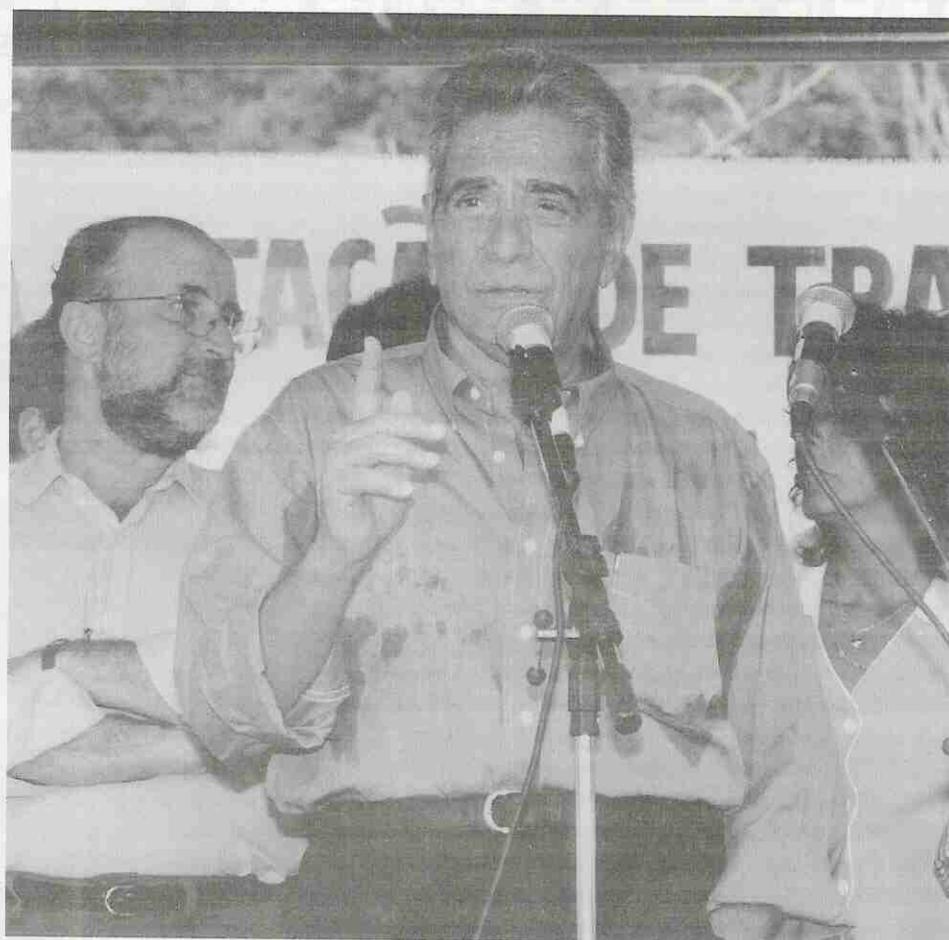
Ao participar da cerimônia de inauguração da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE - de Paquetá, no último dia 20, Marcello Alencar disse que pretende fazer apenas concessões, onde couber esse modelo - "Mas não vou privatizar a CEDAE. Concessão é muito diferente de privatização", disse ele, ignorando o termo "privatização" contido no Comunicado do governo divulgado na véspera. Segundo o chefe do governo estadual, não haverá privatização, mas ele admitiu que até o Sistema Guandu, responsável pelo abastecimento de cerca de 80% da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, também será incluído no que ele insiste em classificar de "programa de concessões".

- Na Região dos Lagos, já está feita a concessão. No Rio, é mais difícil, nós vamos ter que modificar... afirmou, de forma reticente, sem concluir o pensamento, para esclarecer que mudanças serão necessárias. "A CEDAE vai existir, pode diminuir de tamanho, mas não vai deixar de existir. Ela vai ser a Companhia que vai tratar, que vai cuidar, inclusive, da água potável de boa qualidade que será fornecida para abastecimento do Estado", disse.

Ao contrário do governador, o secretário de Obras, Antônio Manoel Rato foi taxativo quanto à determinação de privatizar a CEDAE, afirmando, em entrevista exclusiva ao Jornal da ASEAC, que a intenção do governo é privatizar toda a Companhia e que o Guandu certamente está na lista dos sistemas a serem entregues à iniciativa privada: "O Guandu faz parte também, nós vamos privatizar a CEDAE como um todo, inclusive no interior", garantiu, acrescentando que o projeto inclui, ainda, o Sistema Imunana/Laranjal, que atende a Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Ilha de Paquetá.

Competência legal

Sobre a hipótese de a prefeitura vir a assumir os serviços de Saneamento na Barra da Tijuca, Marcello Alencar garantiu que não está preocupado com essa possibilidade, porque, no entender do Estado, o Município depende do Estado como fornecedor de água de boa qualidade, e isto está



Em entrevista exclusiva ao Jornal da Aseac, o governador voltou a negar a privatização

fora da competência municipal: "O prefeito (Luís Paulo Conde) pode fazer o que achar que deve fazer, eu não tenho que interferir na competência dele, desde que ele faça legalmente. Ele pode até fazer a CEDAE dele, mas vai ter que comprar água para distribuir e quem controla o Guandu somos nós. Queira ou não, o prefeito vai ter que se entender conosco, pois de outra forma não vai conseguir abastecer a cidade, mas sim prejudicar", advertiu.

Marcello Alencar se comprometeu a facilitar tudo para o prefeito, "desde que esteja dentro da competência dele", mas insistiu que Conde não pode fugir ao fato de que o Sistema Guandu é que fornece a água, pois o município do Rio não dispõe de um sistema de produção". Em seguida, o governador evocou a legislação para afirmar que a Região Metropolitana não fica sob a competência de um município, mas sim do estado, como é o caso do Rio de Janeiro, no seu entender: "Não adianta o prefeito insistir em querer fazer uma disputa inútil. O que ele tem é que torcer para a gente poder fazer, e o que ele puder fazer junto, dividir responsabilidades, melhor", afirmou.

Sobre o temor da população de que a privatização da CEDAE possa fazer com que aconteça com a Companhia o mesmo que ocorreu com os serviços prestados pela CERJ e LIGHT, que

pioraram muito depois de entregues ao setor privado e têm sido alvo de incessantes reclamações por parte dos usuários, Marcello Alencar foi evasivo, limitando-se a comentar a situação do setor elétrico no Rio:

- Eu estou interferindo. Já conversei com o órgão regulador, que garantiu que as concessionárias estão prestando contas. Mais do que isso, estou exigindo que eles prestem contas ao povo, expliquem o porquê dos apagões e quando eles vão acabar - garantiu. Segundo o governador, o problema é que "eles ainda estão sem jeito de lidar com o público, e então ficam muito tímidos, com medo, inclusive, de dizer as coisas e elas não acontecerem", admitiu o governador. Marcello garantiu que já chamou atenção da CERJ e da Light, para que dêem satisfação aos usuários, "se estão investindo, como está no contrato", revelando certa dúvida, mas garantiu que o governo do Estado está fiscalizando. Ignorando a sensível queda na qualidade dos serviços, devido, principalmente, ao número de demissões que já ocorreram nas duas empresas, Marcello Alencar garantiu que, se as concessionárias divulgassem seus projetos de investimento, "o povo aceitaria", mas não explicou o quê: se os frequentes apagões ou as concessões no setor elétrico.

Comunicado do PED desmente o governador

A verdade sobre as reiteradas promessas do governador Marcello Alencar de que a CEDAE não seria privatizada - "Esta é a maior empresa do Estado, e ela vai ser preservada" (Guandu 13/11/96 - vésperas das eleições municipais) - veio à tona, no último dia 19 de janeiro, com a divulgação da convocação da audiência pública, no próximo dia 3 de fevereiro, no auditório da Bolsa do Rio, relativa à privatização da CEDAE. Mesmo com a insistência do governador de que não vai haver privatizações, mas apenas concessões, na "guerra semântica" venceu o secretário de Obras, Antônio Rato, que vem ratificando a privatização da Companhia desde a sua posse. O documento da Comissão Estadual de Desestatização é claro e não deixa mais qualquer dúvida quanto às intenções do governo do Estado.

A íntegra é a seguinte:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO COMISSÃO DIRETORA

COMUNICADO RELEVANTE

Aviso de Audiência Pública
A COMISSÃO DIRETORA DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará, no próximo dia 03 de fevereiro do corrente ano, às 10:00 h, no auditório da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ - Praça XV de Novembro, 20, 2º andar, Rio de Janeiro - RJ - Audiência Pública, nos termos da Lei n.º 8.666, de 21/06/93, relativa ao processo licitatório de privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE. (O grifo é nosso).
Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1998
Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização

“Primeiro a gente faz, depois a gente entrega”

“As obras de esgotamento sanitário da Barra da Tijuca/Recreio/Jacarepaguá, serão feitas pela CEDAE, por empreitada, e, em seguida, repassadas para o novo detentor das ações da Companhia.”

O governador Marcello Alencar desistiu de transferir a responsabilidade das obras de esgotamento sanitário da Barra da Tijuca/Recreio/Jacarepaguá à iniciativa privada, mas não desistiu de privatização dos serviços, depois que o sistema estiver concluído. Após diversos impasses com a comunidade da Barra da Tijuca e com as autoridades municipais, que questionavam os prazos e outros itens do edital de licitação, o governo do Estado decidiu cancelar o processo de concessão dos serviços de Saneamento Básico da Região à iniciativa privada e optou por assumir os custos das obras, como está fazendo com o Metrô.

A informação foi dada pelo próprio secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos, Antônio Manoel Rato, ao participar da cerimônia de entrega da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE - de Paquetá, no último dia 20 de janeiro. Segundo Rato, as obras do sistema de esgotamento sanitário, que seriam executadas através de concessão à iniciativa privada, serão feitas com recursos do Estado e da própria CEDAE, por empreitada, e, em seguida, “serão passadas para o novo detentor das ações da CEDAE”, assegurou.

O secretário disse que o edital anterior foi cancelado “em função do novo modelo de gestão escolhido para a CEDAE, e nós vamos começar as obras diretamente pela Companhia”, ratificou. Sem precisar uma data, Antônio Rato disse que será lançado, em breve, o edital de concorrência pública para a execução das obras da Barra da Tijuca. Ele não soube responder sobre o cronograma de privatização da Companhia, pois não é a Secretaria de Obras que comanda o processo, mas sim a Comissão Diretora do Programa de Desestatização:

- O que nós pretendemos é levar a de-



O governo decidiu assumir as obras na Barra da Tijuca, mas não desistiu de privatizar o sistema de saneamento da região

terminação do governador. Eu tenho certeza de que nós estamos buscando o interesse público para a melhoria da população. E ninguém deve ter receio: os grandes funcionários da CEDAE, os grandes técnicos devem ficar tranquilos, pois eles têm um lugar neste modelo, são imprescindíveis a esse modelo - afirmou.

Illegalidade

Sobre o questionamento que tem sido feito a respeito da legalidade da lei aprovada em novembro passado pela ALERJ, transferindo dos municípios para o Esta-

do a titularidade dos serviços públicos que tenham abrangência intermunicipal, o secretário de Obras do Estado disse que existe um mal entendimento da lei e que isso não deverá prejudicar o processo de privatização em curso.

Para Rato, a Constituição, no artigo 30, diz que os serviços de interesse local são de competência dos municípios, mas, no artigo 25, diz que os serviços que permeiam, que perpassam mais de um município, os governos estaduais podem formar regiões metropolitanas, microrregiões, com o ob-

jetivo de articular os serviços de interesse comum. No seu entender, os serviços como os do Guandu, Imunana-Laranjal e Juturnaíba, cuja captação é feita em um município, a macro-adição permeia outros e a distribuição não é setorializada por municípios, caracterizam um serviço de interesse comum. “Sendo assim, a titularidade é do Estado”, afirma. Para ele, é diferente, quando um serviço começa e acaba dentro do mesmo município, pois, assim, fica caracterizado o interesse local”, concluiu.